

## **Apresentação**

Os artigos reunidos neste número 12 da Revista CPC exploram distintas abordagens e formas de enfrentamento da questão do patrimônio cultural. Em parte eles retomam, sob novos ângulos, a própria história da preservação; em parte eles focalizam alguns de seus desafios contemporâneos, como a gestão do patrimônio paisagístico das cidades brasileiras, ou a educação patrimonial, suas ferramentas e metodologias.

Em “Estado Novo e arquitetura: redes sociais e patrimônio cultural moderno em Portugal e no Brasil”, Tania Beisl Ramos analisa o nexos entre as políticas públicas de preservação e a promoção oficial da arquitetura moderna. Porém, agora, não apenas no Brasil - onde ele se tornou um tema clássico na historiografia da arquitetura e do patrimônio - mas também no paralelo e nas relações com o caso português. Tampouco prioriza as razões e paradoxos ideológicos ou conceituais envolvidos nessa relação, enveredando pela reconstituição das redes sociais e profissionais que lhe deram sustentação durante os períodos de Estado Novo em ambos os países. Ao mapear as conexões entre arquitetos, engenheiros, chefes de governo, ministros, diretores de repartições, funcionários públicos e intelectuais, suas formas de agrupamento, a densidade dos laços, os polos e as pontes entre grupos diversos, com os sociogramas das obras realizadas pelo Estado, a autora abre não apenas uma possibilidade nova de encarar as relações entre arquitetura e Estado, como revela toda a complexidade das interações entre meios políticos e meios profissionais, no Brasil e em Portugal, assim como entre os dois países.

O artigo de Simone Toji, “O patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico: a expressão de um Estado contraditório e os dilemas no ‘uso da diversidade’” tem como foco a atuação dos cientistas sociais e em especial dos antropólogos nas políticas de patrimônio no Brasil democrático, quando uma nova agenda de diversidade cultural exige dos organismos oficiais especializados uma reorientação de suas ações. Assim como Tânia Ramos, a autora enfrenta o universo da ação governamental como campo microfísico, que faz entrecruzar o universo do trabalho em seu interior com a práxis política. Nesse sentido, o deslocamento do universo de interesse do IPHAN, a partir da década de 1970, dos objetos materiais e

fatos memoráveis ou de excepcional valor para o campo da referência cultural, dos saberes e fazeres, da memória e da cultura de grupos até então não contemplados pelas políticas de identidade nacional, o patrimônio imaterial etc, é examinado à luz da modificação dos perfis profissionais, carreiras funcionais, objetos, conceitos, instrumentos e práticas de aferição e gerenciamento. Mais do que uma sociologia profissional do campo, o artigo propõe uma discussão relevante acerca dos regimes contemporâneos de patrimonialização, seus impactos sociais, culturais e políticos no campo da negociação de identidades e direitos.

Os artigos de Marcelo de Almeida Oliveira, “A ocupação do tecido verde em núcleos urbanos coloniais (Ouro Preto e Olinda, Brasil)”, e de Norma Lacerda e Eliane Lordello, “O papel dos websites de cidades tombadas na educação patrimonial”, incidem diretamente sobre estratégias de preservação das cidades históricas e valorização pública do patrimônio urbano.

No primeiro caso, trata-se de repensar o tema do patrimônio paisagístico para além do registro das grandes unidades de conservação e preservação de ecossistemas nativos. Propõe de maneira contundente o enfrentamento do tema dos tecidos verdes internos às malhas históricas de cidades luso-brasileiras, listadas ou tombadas, porém dilapidadas em meio aos processos acelerados de urbanização, adensamento informal, aterros e cortes de terrenos e árvores. Abordando em especial os casos de Ouro Preto e Olinda, oferece um quadro de referência importante para a crítica da negligência ou da fragilidade oficial no enfrentamento dessa escala próxima da preservação ambiental, relativa às pequenas parcelas de terra livre privadas, antigos jardins, hortas, pomares, quintais, viveiros, criatórios, sistemas de contenção e drenagem, ruínas históricas, cacimbas, poços, etc, em suma, referida à memória e aos registros da ocupação primitiva desses antigos núcleos urbanos, e de seus espaços produtivos e de recreio.

O artigo de Lordello e Lacerda, por outro lado, pretende contribuir com o debate em torno da educação patrimonial, analisando o uso das novas tecnologias comunicacionais para a difusão de significados e representações de cidades históricas. Focalizando um extenso conjunto de *websites* dedicados ao tema, e com base no estudo de *sítes* voltados à informação acerca de Ouro Preto e Diamantina,

pretende confirmar a tese da importância dessas ferramentas virtuais para a conscientização do patrimônio cultural, seja em função da sua escala de difusão e acessibilidade, seja por sua reprodutibilidade e interatividade.

A seção “Coleções e Acervos” é composta pelo artigo de Alejandra Fonseca Barrera que se dedicou a examinar uma experiência educativa empreendida pelo Museu de Arte Contemporânea de Bogotá durante uma exposição, ali realizada em 2007, de parte de sua coleção permanente de escultura abstrata colombiana. O artigo tem como objetivo refletir sobre o potencial instrutivo dos museus em face da educação escolar. Em sua análise, a autora salienta as estratégias e metodologias praticadas durante a exposição que convergem para o tratamento da mostra como universo conceitual, ferramenta didática e elemento motivador para o estudo de temáticas não imediatamente artísticas, ou provenientes dos diversos campos disciplinares do ensino fundamental, lugares comuns, conhecimentos prévios ou cotidianos.

Na seção “Conservação e Restauro”, publica-se o artigo de Mariana Wertheimer e Margarete Gonçalves “O processo de produção de vitrais sob a ótica da tradição”, que traz como contribuição um olhar atento ao universo do saber vidreiro e à história de suas tradições técnicas e inovações tecnológicas, sobretudo no Brasil, onde seu estudo ainda se ressentido do pequeno interesse que a história dos ofícios e trabalhos manuais parece despertar nos meios acadêmicos especializados. Rompendo com essa tendência, o artigo se dedica a examinar os trabalhos vitrais executados pela Casa Genta em Porto Alegre a partir da década de 1940.

Por fim, publicamos a notícia da experiência de reconhecimento de paisagens culturais no município de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, com vistas à organização local de um Inventário de Bens Culturais.

**José Tavares Correia de Lira**